

POLÍTICA

Groff confirma tudo. Menos as pedras.

Lei de Segurança Nacional? Esses militares acham que basta a lei comum.

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva, defendeu ontem a ação da Justiça e a Lei para os que pretendem perturbar o processo democrático atual, "que tem de ser consolidado". A ação dos que procuram perturbar a situação do País, através da violência ou da quebra da hierarquia, deve, para o general, ser correspondida pela aplicação da justiça, seja qual for "a cor dos grupos que agirem contra a democracia".

O coronel Sebastião Ferreira Chaves, que foi secretário de Segurança de São Paulo e hoje está na reserva, identifica também grupos de direita — e não só radicais de esquerda — interessados em causar problemas ao governo. Esses grupos, diz, são remanescentes do regime militar, não aceitam a orientação dos ministros militares, tentam perturbar o processo de redemocratização e distribuem até panfletos a oficiais, criticando a situação do País.

A segurança presidencial, segundo o coronel, falhou no episódio da última quinta-feira, no Paço Imperial, do Rio, permitindo que os manifestantes, que já se mostravam agressivos quando o presidente Sarney chegou ao local, se aproximassem da entrada do museu do Paço.

"Eles procuraram agravar o desgaste que o presidente hoje já sofre com a crise econômica. Não foi atentado. Se fosse, o presidente poderia ter sido vítima fatal dele, tal a facilidade que os manifestantes tiveram para chegar até ele."

O coronel acha "simplesmente inexplicável" o fato de a Polícia Militar e os soldados do batalhão de guardas do Exército terem permitido que os manifestantes chegassem a menos de 100 metros do presidente da República, pois o isolamento da área tem de ser feito com os próprios policiais e soldados ou com uma corda.

Chaves afirmou que não é preciso a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os que forem identificados. "O Código Penal é o instrumento legal válido", esclareceu. "A Lei de Segurança pode até representar um retrocesso que alguns grupos pretendem e torcem por ele." Segundo o coronel, são grupos "inconformados com a redemocratização do País, grupos de direita, que

não aceitam a perda do poder e da influência política".

Comparações

O oficial disse ainda que hoje "a direita continua mais radical do que a esquerda. Enquanto os grupos de direita não se desmobilizaram após o fim do regime autoritário, partidos de esquerda preferem penetrar através do desgaste do regime, mas sem buscar o confronto".

Oficiais da ativa também admitiram que há grupos de direita interessados no desgaste do presidente da República, de seus ministros militares e do governo como um todo. Segundo eles, há até um trabalho entre estes grupos e oficiais da reserva também insatisfeitos com a redemocratização do País.

Dos ministros militares, um dos mais visados por estes grupos, segundo um oficial do Exército, é o da Aeronáutica, que a cada vez que faz a defesa do poder civil contraria interesses dos que pretendem manter elevada a influência política das Forças Armadas.

De acordo com o oficial do Exército, se há hoje maior correspondência do que no governo passado entre as posições apolíticas da cúpula militar e a oficialidade, ainda persiste insatisfação entre os grupos da direita radical que é estimulada por oficiais da reversa e tem um, apoio às vezes significativo entre oficiais da ativa.

O ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, é objeto de críticas de representantes de grupos radicais, pela posição profissional que tem adotado. O da Aeronáutica já foi alvo de hostilidade pelas manifestações de apoio ao fortalecimento do poder civil, enquanto o do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, é às vezes acusado de omissão, por não interferir em algumas questões debatidas na Constituinte.

Os grupos radicais de direita, para os militares que analisaram a situação, sempre agiram de modo isolado contra as instituições, à revelia de dois princípios básicos das Forças Armadas — a hierarquia e a disciplina.

Todo mundo

Mesmo com a constatação das falhas no esquema de segurança presidencial, o Gabinete Militar continuará com a responsabilidade por esse trabalho. Mas deixará de ser o órgão centralizador de todos os poderes, conforme decisão tomada pelo próprio

presidente Sarney e seus ministros militares, que se reuniram na última sexta-feira. No novo esquema, o Gabinete Militar abrirá espaço para a atuação da Polícia Federal, tropas do Exército e polícias estaduais. Em parte, a decisão atende às pretensões do DPF,

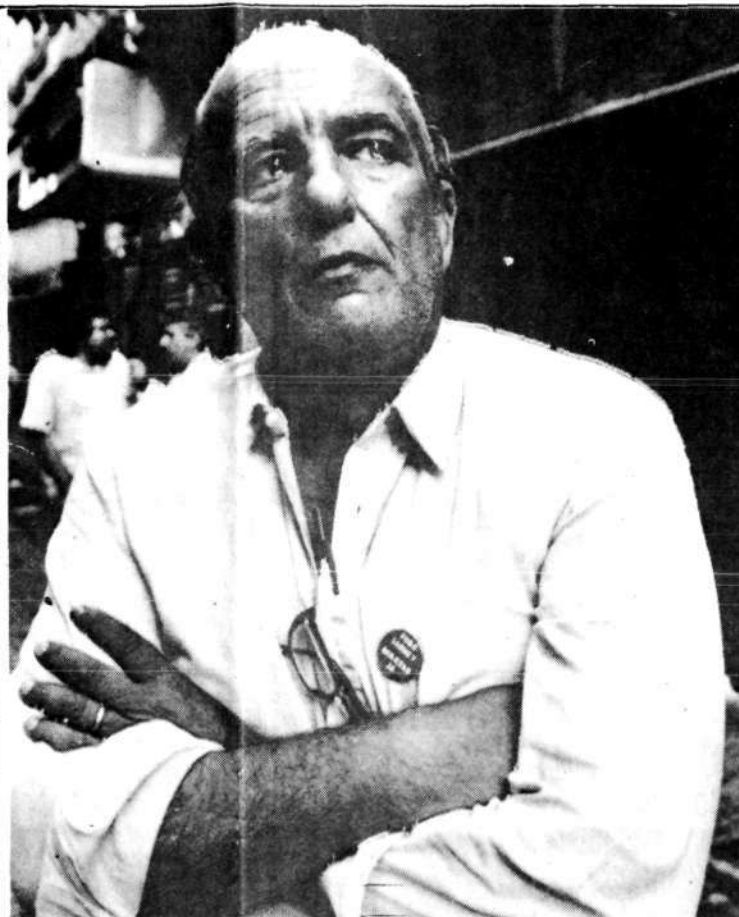
guardando o presidente. Até o Gabinete Militar.

que chegou mesmo a apresentar proposta à Constituinte no sentido de ganhar a segurança presidencial. A Comissão da Defesa, contudo, contrariou o DPF, deixando a questão para a decisão do presidente. As falhas no sistema e a dimensão que vem sendo dada ao incidente da última

quinta-feira continuavam ontem como assunto principal no plenário da Constituinte. "Por que houve tantos equívocos?", perguntava o senador Almir Gabriel (PMDB-PA). "O que deve ser elucidado é por que não houve esquemas mais rígidos

de segurança." O deputado Alceni Guerra (PFL-PR) acusa o governo de "incompetente" por permitir agressão ao presidente. Mesmo classificando o episódio como "deplorável", o senador José Richa (PMDB-PR) é contra a aplicação

da Lei de Segurança. O líder do PCB, deputado Roberto Freire, é da mesma opinião. "É um absurdo usar uma lei fascista contra os agressores", atacou. "Para esses casos há o Código Penal. Usar a LSN agora é tentar o retrocesso. E isso não se admite."



Groff: "Do outro lado da janela do ônibus".



Herrera: mais denúncias, se houver garantias de vida.

Danilo Groff, o ex-assessor técnico de Leonel Brizola, apontado por uma testemunha como um dos comandantes da violência contra o presidente Sarney, negou ontem que tenha atirado pedras. Mas confirmou ter sido um dos organizadores da manifestação com a autoridade de coordenador do comitê pró-diretas do PDT.

Apesar do desmentido de Danilo Groff, o superintendente regional da Polícia Federal no Rio, Fábio Calheiros, confirmou ontem que ele é um dos três elementos já identificados. O informante que denunciou Groff, Paulo Herrera, ex-militante do PDT, prometeu denunciar pelo menos mais oito manifestantes, caso a Polícia Federal lhe dê garantias de vida.

Hoje pela manhã, dois peritos federais irão à Barra Mansa periciar o ônibus que serviu à comitiva presidencial, informou Calheiros. Por determinação do diretor geral da PF, Romeu Tuma, o delegado responsável pelo inquérito, Carlos Mandim de Oliveira, terá todos os meios disponíveis para que a investigação se processe de forma rápida. Amanhã, Tuma irá pessoalmente ao Rio para acompanhar as investigações.

Apesar da informação de que foi afastado do serviço público gaúcho por problemas psicológicos, dada por um membro do alto escalão do PDT, Danilo Groff negou ontem sofrer distúrbios emocionais. Garantindo que estava "do lado oposto à janela de Sarney", durante o apedrejamento, o ex-colaborador de Brizola disse que ainda saiu machucado, depois de ficar imprensado no alambrado de ferro que separava o ônibus da multidão. De acordo com suas informações, a Polícia Militar prendeu 15 manifestantes e depois soltou: "Não sei quem jogou pedras contra o presidente, mas eu não fui. Isso só aconteceu depois da agressão da PM contra o povo".

"Manifestação Pacífica"

Segundo Groff, o consultor-geral da República Saulo Ramos não tem "autoridade moral" para enquadrar na Lei de Segurança Nacional os participantes da manifestação: "Foi uma manifestação pacífica de um povo que luta pelas diretas. Eu tenho 53 anos, sou maior de idade e responsável pelos meus atos e posso responder por eles. O ex-governador Leonel Brizola não tem nada a ver com isso. Eu fui lá como um dos coordenadores do comitê pró-diretas".

Danilo Groff, ex-assessor de Brizola, admite ter organizado a manifestação do Rio contra Sarney. Mas desmente a agressão.

Danilo Groff informou também que foi diretor de planejamento da Coderte (Companhia de Terminais Rodoviários do Estado do Rio) até o dia 13 de março deste ano. Atualmente, apesar de estar morando no Rio, é funcionário do gabinete do secretário municipal de Saúde de Porto Alegre.

Ontem, o ex-governador Brizola publicou um "tijoloço" nos jornais, afirmando que está estudando a possibilidade de entrar na Justiça contra o presidente da Rede Globo, Roberto Marinho, que, em editorial na TV, o acusou de estar à frente das manifestações, pleiteando direito de resposta no mesmo horário: "... a violência com que o senhor Roberto Marinho procura nos atingir é a mesma violência dos vândalos que lançaram pedras contra o presidente".

Doutel de Andrade, da Executiva Nacional do PDT e um dos mais íntimos colaboradores de Brizola, disse estranhar somente o PDT estar sendo acusado: "Tinha gente da CUT, PT, brancos, negros, crianças. Quando um povo atira pedras em seu presidente é porque não mais o tolera. Eles identificaram um, falta identificar, pelo menos, mais 999". Segundo Doutel, não ocorreu um atentado contra o presidente, mas uma manifestação radical de descontentamento, em que foi praticada uma descortesia contra o presidente. "De resto, foi uma maneira de o povo mostrar a sua insatisfação com um presidente que não o representa."

A manifestação contra o presidente Sarney pode ser até um estímulo para tornar a democracia mais forte, na opinião do ministro da Justiça, Paulo Brossard. "A manifestação serviu também para mostrar que, a despeito do que tem sido obtido no País nos últimos anos, ainda há muito o que fazer, e para mostrar que a democracia, infelizmente, ainda abriga pessoas que não têm mentalidade democrática."

Brossard, procedente de Roma, e o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, de Paris, onde participavam de congressos, desembarcaram ontem no aeroporto internacional do Rio. Eles voltaram às pressas ao Brasil para comandar as investigações. Ainda no aeroporto determinaram ao superintendente regional da Polícia Federal, no Rio, Fábio Calheiros Wanderley, a maior brevidade possível na identificação dos responsáveis pelo apedrejamento.

